

CONEXÃO territorial

Nº3 | SETEMBRO A NOVEMBRO de 2025

REVISTA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PAUL SINGER - AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Estamos em campo!



CADSOL AVANÇA COM OS
AGENTES DE ECONOMIA
POPULAR E SOLIDÁRIA EM
CAMPO E PESQUISA-AÇÃO
AJUDA NA CONSTRUÇÃO DE
UM PAINEL SOBRE O
CENÁRIO ATUAL DA
ECONOMIA POPULAR E
SOLIDÁRIA EM TODO O PAÍS.

EXPEDIENTE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO

Luiz Marinho

SECRETÁRIO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Gilberto Carvalho

DIRETOR DE PROJETOS

Sérgio Godoy

COORDENADORA DO PROGRAMA PAUL SINGER

Raimunda de Oliveira Silva

PRESIDÊNCIA DA FUNDACENTRO

Pedro Tourinho de Siqueira

COORDENADOR-GERAL DO PROMAT

Eberval Oliveira Castro



PROGRAMA DE FORMAÇÃO

PAUL SINGER

AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

CONEXÃO TERRITORIAL

Revista do Programa de Formação Paul Singer
Agentes de Economia Popular e Solidária

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Clarinha Glock

Denise Vieira Pereira

REVISÃO DE CONTEÚDO

Sérgio Godoy

Raimunda de Oliveira Silva

PROJETO GRÁFICO

Ana Rita Valverde Peroba

DIAGRAMAÇÃO

Dora Bragança Castagnino

Brasília, dezembro de 2025.



CAPA

Sítio Nossas Raízes, de Pinheiral-RJ.
Na foto, os agricultores Rosângela da Silva Custódio e Daniel de Oliveira Custódio, com a agente de Economia Popular e Solidária, Luciana Lasmar.

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>04 EDITORIAL
Construindo resultados</p> <p>06 DESTAQUE
Aprendizados da Pesquisa-Ação</p> <p>11 ATUAÇÃO DAS COORDENAÇÕES
Potencialidades e aprendizados emergem dos territórios</p> <p>13 MAIS CONQUISTAS
Cadsol avança nos territórios:
Média mensal de novos cadastros cresce 4,5 vezes com agentes em campo</p> <p>15 FORMAÇÃO CONTINUADA
Nos Plantões Pedagógicos,
agentes compartilham dúvidas e experiências</p> <p>17 Qual a diferença entre Economia Popular e Economia Solidária?</p> | <p>19 GESTÃO TECNOLÓGICA
Plataforma RIOS garante segurança de dados e Soberania Digital</p> <p>21 CONEXÃO TERRITORIAL
ENTREVISTA
Exercício de Educomunicação direto dos Territórios</p> <p>22 MASCOTE BATIZADA
Nasce a Marisol – nossa mascote agora tem nome.</p> <p>24 VERSO E PROSA
Poema Ciclo Vivo da Autogestão</p> <p>25 ÁLBUM DO PROGRAMA</p> <p>27 SIGLAS
Todas utilizadas nesta revista</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



PROGRAMA PAUL SINGER CONSTRUINDO RESULTADOS

O período que demarca essa edição da revista, de setembro a novembro, coincide com a primeira imersão dos agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS) nos territórios de atuação do Programa de Formação Singer, em todo o país.

Esse momento de aproximação dos empreendimentos solidários e coletivos populares, dos movimentos, das redes e dos diversos atores da Economia Popular e Solidária (EPS), permite uma avaliação mais próxima e real do cenário atual da EPS. São os primeiros passos para identificar as potencialidades e os desafios.

Podemos afirmar que o Programa Paul Singer caminhou. Num período curto, conseguiu estruturar uma Equipe de gestão, mobilizou coordenadores em todos os estados do país, colocou 500 agentes em mais de 300 territórios. Coordenadores estaduais e agentes chegaram aos empreendimentos, coletivos e redes e iniciaram o levantamento de informações e a leitura da realidade e dos cenários.

Hoje, os AGEPS já são responsáveis, por exemplo, por quadruplicar o número de registro mensal de novos empreendimentos e coletivos no

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos e Solidários.

O Programa conseguiu também elaborar documentos que trazem a sistematização da primeira Imersão Territorial.

Em todos os espaços vão sendo construídos novos conhecimentos, que ajudam a apontar as ações futuras em âmbito nacional. O crescimento da equipe do Programa e das atividades exigiu novo modelo de atuação; e, rapidamente, o Programa reinventou sua forma de organização. Apresentou novas forma de gestão para agilizar as respostas às exigências trazidas dos territórios.

As informações obtidas na Pesquisa-Ação e os dados gerados pelo APP são monitorados, sistematizados, e pensadas soluções com proposições de parcerias, de fomento, de interfaces, com ações integradas com outras políticas territoriais. No final de novembro, já começa a segunda formação presencial, com foco na próxima ida a campo (2ª Imersão).

O Programa consegue acompanhar em tempo real tudo o que é realizado

nos territórios pelos/as agentes. Isso só é possível graças ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas próprias (como o aplicativo APP e o Instrumento de Leitura da Realidade).

A Plataforma RIOS, projeto em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e com o Instituto Intercidadania, é outro grande avanço para que a gestão de dados, acervo e memória do Programa estejam seguros. Tudo com software livre, aliando modernidade com autonomia. Um verdadeiro salto em tempos de “colonização digital”, com a vertiginosa apropriação de dados pelas “big techs”. Dessa dependência tecnológica, o Programa não é refém.

Em novembro, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria 1.974, de 21/11/2025. O documento reconhece formalmente o Programa Paul Singer. Com essa Portaria, ficam oficializados os conceitos, objetivos, diretrizes e o projeto político-pedagógico do Programa, resumidos em seu Documento de Referência. A portaria ainda permite a alocação de recursos, a formalização de parcerias e a prestação de contas.

Na prática, mais um impulso expressivo para que a EPS seja uma Política de Estado, uma Política Pública. Os avanços serão ampliados na construção de novos tempos para a EPS em todo o Brasil.



“Para o campo democrático e popular, a estratégia de transformação do Estado brasileiro passa por converter lutas em direitos, direitos em leis, leis em políticas públicas, e políticas públicas em políticas de Estado. Esse percurso não é um ato meramente jurídico ou burocrático; é garantir que o Estado funcione em defesa da classe trabalhadora.”

Sérgio Godoy, diretor de Projeto da SENAES, a respeito da Portaria do Programa.

FOTO: Acervo Programa Paul Singer

APRENDIZADOS DA PESQUISA-AÇÃO

TRABALHO INICIAL DOS/DAS AGENTES NOS TERRITÓRIOS MOSTRA CENÁRIOS E APONTA CAMINHOS PARA MUDANÇA



Feira Agroecológica - Rio de Janeiro

06

Em toda informação, um aprendizado. Num conjunto delas, muitas lições. Um dos principais marcos da primeira Imersão Territorial dos Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS) são os resultados alcançados com o trabalho de Pesquisa-Ação, proposto pelo Programa Paul Singer para ser desenvolvida em todo o país.

Os dados dessa leitura da realidade dos empreendimentos solidários, coletivos de Economia Popular e redes permitiram ao Programa construir um amplo painel da Economia Popular e Solidária (EPS), sintetizado no documento **Pesquisa-Ação: um olhar nacional**. A Frente de Sistematização do Programa analisou os dados coletados pelos/as agentes e foi responsável pela elaboração do trabalho.

O documento apresenta uma importante parte sobre o que o Programa Paul Singer “já aprendeu nesta Imersão; fase inicial em que

os agentes mapearam dados sobre a realidade dos coletivos de Economia Popular, empreendimentos e redes. Numa segunda etapa, na volta a campo, eles/elas vão fazer a análise do território de entorno onde eles (empreendimentos e coletivos) estão instalados.

A coleta das informações foi realizada por meio de formulários com categorias de análises. E o cenário foi sendo construído pelos agentes em encontros, visitas e reuniões nos territórios, com diálogo, escuta e observações, sempre a partir de metodologias da educação popular.

Para a elaboração deste trabalho, agentes atuaram com um roteiro de perguntas. Em cada formulário, novos conhecimentos foram sendo trazidos e traduzidos em aprendizados para o Programa; e, por consequência, em desafios também.

DESTAQUE

A proposta, aqui, foi descobrir quem são, o que fazem (atuação), como se organizam (infraestrutura), como é a formalização do empreendimento e/ou coletivo de Economia Popular? O que produzem e como? Adotam ferramentas de gestão para produzir, se beneficiam de planejamento? Como e onde comercializam seus produtos? Contam com apoio financeiro? Como é a saúde dos trabalhadores da EPS e o monitoramento dos acidentes de trabalho? Atuam com sustentabilidade? Qual é o impacto dos eventos climáticos na produção?

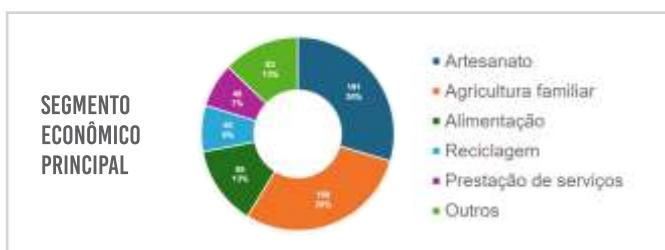
E muito mais dados sobre apoio, fomento, políticas públicas, capacitações etc.

Conheça a cara da EPS no Brasil, apontada pela Pesquisa-Ação

O território da EPS

De acordo com o levantamento, numa mostra de quase 700 formulários, os empreendimentos que participaram da Pesquisa-Ação, em ampla maioria, estão nas cidades, revelando **uma economia urbana, onde estão 64% do segmento**.

A EPS acontece em espaços privados para 43% do segmento urbano; 12,5% em locais de risco e 9,4% em territórios onde há controle do crime organizado ou milícias.



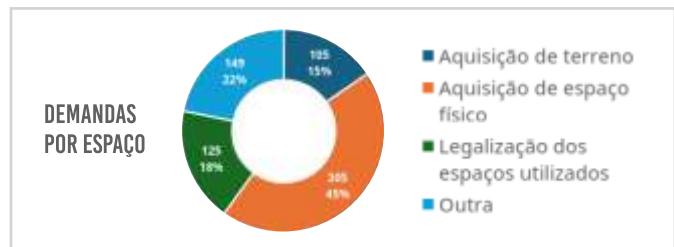
Quem faz a EPS

Os coletivos de Economia Popular representam 61% do segmento econômico.

Essa forma de organização produtiva emerge como alternativa para trabalhadores que, diante da falta de oportunidades, reinventam os meios de sobrevivência a partir da coletividade. Os coletivos são grupos informais e sem estrutura jurídica, não por escolha, mas por consequência das vulnerabilidades sociais, falta de acesso a

crédito, ausência de equipamentos adequados e desconhecimento sobre ferramentas de gestão.

O que produzem e como se estruturam?
A Pesquisa-Ação aponta que **30% atuam com artesanato, seguido por 29% trabalhando com a Agricultura Familiar.**



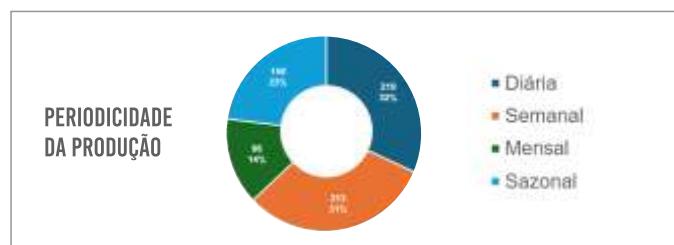
Produção: pouca estrutura, muita resistência

Esse é um dado que chama atenção. **Apenas 26% dos empreendimentos contam com espaço próprio para produzir.** Já em relação à propriedade de máquinas e equipamentos, 65% dizem ser proprietários desses meios de produção.

Os empreendimentos, na maioria, apresentam pouca infraestrutura.

Informações em 556 formulários permitem aferir que a maior parte reivindica espaço físico próprio para atuar e utiliza equipamentos de terceiros na logística.

Pouca estrutura não é sinônimo de baixa produção neste caso. **Os empreendimentos informam ter uma produção ativa – com atuação diária (32%) ou semanal (31%).**



O processo de produção, porém, se mostra frágil: **57% não contam com estoques;** para 41%, os equipamentos utilizados são coletivos ou individuais.

A gestão do “negócio”

Os desafios são grandes quando os temas são gestão e planejamento para a EPS, aponta o levantamento.

O quadro desfavorável limita a organização e o crescimento dos “negócios”.

Veja os números!

- 61% não possuem um desenho dos processos produtivos (produção, beneficiamento, rotulagem etc.);
- 76% não utilizam planejamento estratégico;
- 86% não têm plano de negócios;
- 86% não têm plano orçamentário;
- 15% não possuem organograma;
- 78% não utilizam nenhum tipo de ferramenta de gestão.

Autogestão e flexibilidade estão presentes

Se, por um lado, há dificuldade na organização; por outro, em sua maioria, os participantes do levantamento seguem os princípios básicos da EPS: atuação coletiva, não há hierarquização nas relações; autogestão e a flexibilidade nas relações são características presentes nas respostas.

Incentivo à participação feminina.

Pouco apelo aos jovens

08

Outro ponto que merece citação. 64% dos participantes do mapeamento disseram ter estratégias para fortalecer a presença feminina na EPS. O mesmo não pode ser dito para atrair jovens, 56% não apresentam políticas para esse grupo.

Informalidade, comercialização e acesso às políticas públicas

A grande maioria dos empreendimentos **não possui contabilidade formal (49%)**, nem sistemas informatizados para controles financeiros (82%). O que existe é feito de modo “artesanal”: cadernos, registros manuais e planilhas improvisadas.

Esse cenário contribui diretamente para outra



dificuldade: **o acesso quase nulo ao sistema financeiro tradicional**. Apenas 12% acessam algum tipo de financiamento bancário, e o sistema de finanças solidárias — bancos comunitários, cooperativas de crédito — ainda é pequeno para as demandas reais da EPS.

Na comercialização, os desafios continuam.

75% enfrentam dificuldade para vender.

51% não seguem padrões de rotulagem.

58% não têm banco de dados de clientes.

65% não mantêm regularidade de vendas.

54% não emitem Nota Fiscal.

As feiras são o principal espaço de comercialização, usadas por 38% dos grupos, seguidas pelos mercados públicos (11%). O comércio online ainda é exceção.



O quadro revela que faltam conhecimento e recursos financeiros para investir, modernizar e profissionalizar a gestão. Sinalizações que reforçam a dificuldade de sair desta situação de precariedade. Quanto mais informal, menos acesso esses grupos têm às políticas de fomento e de financiamento, mesmo que 54% dos grupos afirmem que contam com

DESTAQUE

pessoal para negociar projetos e 64% acessem políticas e programas de apoio.

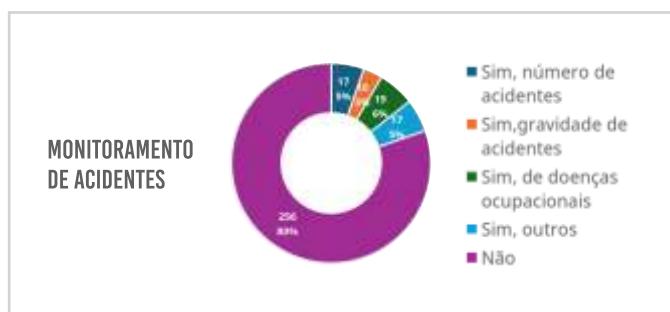
Em relação às políticas públicas, 70% não têm acesso a nenhum tipo de fomento; e nas políticas de financiamento do sistema financeiro tradicional, os benefícios chegam a apenas 12% dos grupos.

Saúde, segurança e sustentabilidade: onde estamos?

Embora 61% afirmem conhecer normas de saúde e segurança do trabalho, **63% não oferecem equipamentos de proteção e 80% não monitoram acidentes.** A ausência de práticas preventivas aparece não como falta de conhecimento, mas como falta de meios, estrutura e acompanhamento técnico.

A dimensão ambiental é um ponto forte: **67% dos empreendimentos afirmam adotar práticas de prevenção de impactos ambientais, e 74% destinam corretamente seus resíduos sólidos.**

Quando a abordagem traz a questão dos impactos dos eventos climáticos para a EPS, **36% dos grupos dizem ter sofrido danos por esses eventos.** E quase a metade desse número afirma não ter contado com apoio governamental para mitigar os prejuízos.



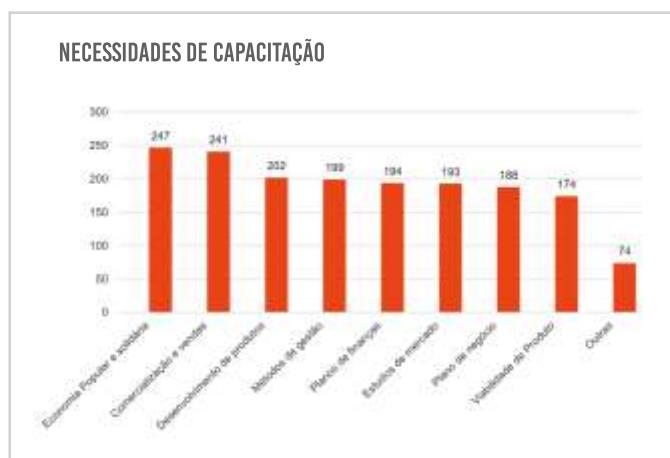
Saúde, Segurança e Sustentabilidade

- EPI não fornecido (63%)
- Ausência de monitoramento acidentes (80%)
- Medidas ambientais positivas (67%)
- Destinação correta de resíduos (74%)
- Impactos climáticos sofridos (36%)

Capacitação: um desafio urgente

A Pesquisa-Ação revelou que **68% dos grupos não recebem capacitação** frequente, e 35% não possuem qualquer processo para identificar necessidades formativas. Ainda assim, 56% têm algum tipo de assessoramento técnico — número relevante, mas insuficiente.

Confira no gráfico os principais interesses para capacitação:



A EPS para além da sobrevivência – rotas para a transformação

A leitura de cenário dos empreendimentos e coletivos de Economia Popular contribui para enxergar caminhos e soluções conjuntas.

Mesmo com dados iniciais, o Programa já pode, com eles, começar a construção de uma agenda propositiva, construída em diálogo com os principais sujeitos da EPS, para superar a informalidade e fortalecer a EPS nos campos político-econômico e organizativo.

O documento aponta que é preciso um plano político e econômico para sair desse "status" de sobrevivência, com olhar para os trabalhadores e seus direitos, para a renda, saúde e qualidade de vida, com políticas públicas que facilitem o acesso aos meios de produção, aos materiais, aos mercados; e com políticas de formação continuada e assessoramento técnico para gestão.

Confira propostas que o documento aponta para discussão com os agentes do Programa:

- Criar novos formatos de CNPJ que contemplam microempreendedores com contribuições previdenciárias solidárias.
- Desenvolver parcerias público-populares (PPP) para uso de espaços e meios de produção.
- Simplificar legislações e regulamentações para empreendimentos solidários.
- Desenvolver softwares livres de gestão adequados à realidade da EPS.
- Oferecer assessoria técnica continuada, ancorada nos pressupostos da educação popular.
- Avançar na construção de finanças solidárias e nos fomentos.
- Potencializar as redes e fortalecer os fóruns de EPS.
- Fortalecer os bancos comunitários.



Atividades em São Paulo



SETEMBRO A NOVEMBRO de 2025

De forma geral, o painel da Pesquisa-Ação indica que, para avançar, a EPS precisa de acesso a políticas públicas, crédito, formação, equipamentos, espaços e visibilidade. Mas, também, escancara toda a potência e resistência do segmento ao conseguir resistir, mesmo sem tudo isso.



Cooperativa da Terra - Preenchimento do CADSOL



Atividades no Ceará

POTENCIALIDADES E APRENDIZADOS EMERGEM DOS TERRITÓRIOS



Agente Cléa Mesquita - Entre Rios - Piauí

Os/as agentes são “sujeitos chave” na execução do Programa Paul Singer. São eles/elas que recolhem as informações, elaboram relatórios, mobilizam participantes, promovem atividades, executam instrumentos, fazem as escutas, entre outras ações. Dentre as diferentes atribuições das coordenações estaduais estão a organização dos fluxos entre agentes e a Equipe Nacional, e a elaboração de sínteses reflexivas dos relatórios, dando vida à estratégia de sistematização do Programa.

Em suma, as coordenações estaduais fazem uma análise qualitativa sobre como está ocorrendo, de fato, o desenvolvimento do Programa nos territórios com a atuação de cada agente.

Aqui estão algumas questões registradas por agentes nesta primeira fase de sua chegada aos territórios.

Da chegada à imersão

O principal ponto apontado nas sínteses realizadas pelas coordenações estaduais a partir das experiências registradas por agentes em campo é a necessidade de

fomento e acesso a recursos, o que evidencia a preocupação dos coletivos com a sua sustentabilidade política e financeira. Também foram registradas a fragilidade institucional e de acesso às políticas públicas.

Nesta primeira fase, os/as agentes relataram as dificuldades iniciais de adaptação ao trabalho devido às distâncias, e de comunicação. Ao mesmo tempo, salientaram inúmeras potencialidades e aprendizados. A potencialidade mais apontada foi a possibilidade de articulação com diferentes atores, incluindo movimentos sociais, empreendimentos, coletivos, universidades, órgãos públicos. O Programa Paul Singer apareceu aí com o papel de promover a reorganização da EPS nos territórios.

Um exemplo foi a possibilidade de trabalhar junto ao **Fórum de Porto Alegre (RS)**. Já em **Valente (BA)**, foi realizado o levantamento inicial da Rede Ponto Noso, espaço de articulação da EPS reconhecido como estratégico para comercialização e fortalecimento dos grupos, que está reativado, e que agora tem apoio para ser retomado. Outro destaque foi o desenvolvimento

ATUAÇÃO DAS COORDENAÇÕES

territorial e os saberes de cada localidade, o que chamou a atenção para o fato de que os territórios são lugares potentes e criativos. Portanto, ficou evidente que é preciso fortalecer as identidades locais, de organização popular e as práticas sustentáveis.

A articulação com políticas públicas e outros programas de agentes também foi citada. Entre eles, o Programa de Agentes de Cultura. “Há convergência crescente entre a cultura e a Economia Solidária expressa em Pontos e Pontões de Cultura, grupos de arte popular, feiras culturais e experiências de turismo de base comunitária. Esses espaços têm se mostrado férteis para a formação de base, o letramento digital e a articulação política”, informou o relatório das coordenações estaduais de **Santa Catarina**.

A síntese enviada pelo Estado do **Paraná** mencionou os Quintais Produtivos como “artifícios pedagógicos” para chegar ao público urbano com os princípios da cooperação, da sustentabilidade, da coletividade, da comida saudável e do protagonismo feminino.

Formação, sempre!

As coordenações reiteraram a importância das experiências de formação, tanto no âmbito do Programa Paul Singer, quanto as realizadas nos próprios territórios junto com EES e CEPs. Salientaram, entre as estratégias de gestão de agentes, a organização de grupos de estudos, reuniões presenciais ou virtuais e a mediação de conflitos.

“O acompanhamento individual para alinhar as atividades à proposta metodológica do Programa, a troca de experiências e outras ações de suporte colaboram diretamente para o avanço dos agentes. Tais iniciativas são vitais, apesar de alguns aspectos pontuais – como a fragilidade da infraestrutura nos territórios – ainda impactarem significativamente a execução da metodologia em campo”, refletiu a síntese vinda do **Amapá**.

Protagonismo feminino

O protagonismo das mulheres apareceu em vários Estados, com o engajamento feminino nos diferentes grupos: agricultura familiar, indígena, quilombola, ribeirinha, jovem, povos de terreiro, artesãs. Houve a constatação de sobrecarga de trabalho para estas mulheres, que são maioria na EPS.

“Este ecossistema tem um caráter marcadamente feminista, uma vez que a maioria das organizações de Economia Solidária é composta por mulheres, que demonstram grande interesse pelo cooperativismo e trabalho coletivo e buscam ativamente acesso a editais como o Fomento Mulher, além de se articular com programas como o Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios da Cidadania da Região Nordeste do Brasil (PAS Nordeste) em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF)”, sintetizou, por exemplo, a coordenação estadual do **Maranhão**.

Apoio à formalização e à SST

Além disso, o Programa Paul Singer apareceu com o potencial de orientar, incentivar e intermediar a formalização de grupos informais de EPS.

“Um grupo de mulheres em Ivinhema que precisava de um valor pequeno para a compra de matéria-prima e nem sabia como buscar a agente do Programa encaminhou a demanda junto à Cooperativa de Crédito (Cresol) e foi resolvido”, exemplificou o relatório da coordenação do Estado de **Mato Grosso do Sul**. Outro aspecto que vem ganhando força são as temáticas de saúde física e mental, e a preocupação em observar qual a situação de segurança do/da trabalhador/a da EPS em cada localidade.

Para acompanhar o desenvolvimento destas ações, é fundamental a estratégia da **Sistematização**, que é permanente, e seguirá sendo realizada durante todo o Programa.

CADSOL AVANÇA NOS TERRITÓRIOS

MÉDIA MENSAL DE NOVOS CADASTROS CRESCE 4,5 VEZES COM AGENTES DO PROGRAMA PAUL SINGER EM CAMPO.

Os números comprovam! O trabalho estratégico dos agentes territoriais do Programa Paul Singer para garantir avanços nas políticas públicas voltadas à Economia Popular e Solidária já apresenta resultados na ampliação do número de empreendimentos solidários e coletivos populares no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos e Solidários – CADSOL.

Entre abril a agosto de 2024, a média de novos empreendimentos cadastrados era 50/mês. A partir de setembro e outubro, meses que coincidem com a ida a campo dos agentes de Economia Popular e Solidária, com a imersão territorial dessa equipe, a média mensal saltou para 276 novos cadastros – ou seja, os novos cadastros cresceram 4,5 vezes mais, no comparativo da média mensal.

Já analisando o crescimento trimestral em 2025, os dados apontam 34 novos cadastros no primeiro trimestre; 102, no segundo; 362 no terceiro, período cujo mês de setembro marca o início do trabalho dos agentes em campo; e agora, no quarto trimestre (outubro a dezembro), já são 562 novos cadastros – mas os dados ainda não computaram a totalidade de novembro e o mês de dezembro inteiro.

De acordo com Diogo de Carvalho Antunes Silva, coordenador de Cadastro, Informações e Cooperativismo Solidário da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária – SENAES, os números traduzem os esforços dos agentes de Economia Solidária na divulgação do CADSOL, no



Diogo Antunes - Coordenador CADSOL

apoio ao cadastramento e também como auxiliadores e colaboradores nas comissões.

Algumas iniciativas também colaboraram para o alcance desses números. Na Conferência Nacional, em agosto, houve o lançamento de uma campanha de incentivo ao cadastramento, com materiais de divulgação e tutoriais.

Em setembro, foi realizado um Seminário sobre o CADSOL para ampliar o conhecimento e informações sobre o tema, voltado aos 500 agentes de Economia Popular e Solidária, dentro do percurso de formação dessa equipe.

À ocasião, as dúvidas sobre o funcionamento do Cadastro eram grandes. Nas formações virtuais, presenciais e nos plantões pedagógicos, as questões sobre o CADSOL apareciam com frequência.

MAIS CONQUISTAS

O Seminário foi decisivo no esclarecimento e para facilitar o trabalho dos agentes. O evento foi conduzido pelo coordenador do CADSOL.

Diogo ressaltou a importância do CADSOL para a Economia Solidária e para o Programa Paul Singer.

Apresentou as vantagens que podem ser exploradas pelos agentes no convencimento dos empreendimentos para realizar o Cadastro, como a de dar visibilidade à Economia Solidária, o reconhecimento público do empreendimento, o mapa atualizado de quem atua na Economia Solidária e a construção de uma base de dados nacional sobre o setor. “Esses dados poderão subsidiar a formulação de políticas públicas para quem atua na Economia Solidária. O CADSOL também pode ser vantajoso na participação em alguns editais públicos, que já passam a exigir-lo, lembrou o coordenador. Isso já acontece com o exemplo do Edital de Redes, lançado em novembro pela Senaes.

O seminário teve ampla participação, com mais de 340 participantes. Além dos agentes do Programa em todo o Brasil, acompanharam o evento, coordenadores/as estaduais, membros da Equipe Nacional do Programa Paul Singer e representantes de Núcleo de Economia Popular e Solidária das Superintendências Regionais do Trabalho.

Perguntas frequentes

No Seminário, participantes puderam ter informações sobre o processo do cadastro, prazos para o preenchimento, análise do empreendimento, prazos de resposta quanto à aprovação, reprovação ou pendências.

Um dos pontos alto do evento foi o esclarecimento sobre a compreensão do que é um empreendimento econômico e solidário. As características e exigências

apontadas para esse enquadramento foram: a organização tem que ser coletiva, associativa – sem donos e, sim, sócios; os empreendimentos precisam ter atividades econômica – ou seja, gerar renda aos seus sócios, ter a prática da autogestão na tomada de decisões e na partilha dos resultados, explicou o coordenador.

Diogo Antunes abordou, também, o funcionamento das comissões locais, estaduais e nacional, que avaliam o cadastro e apresentou o Formulário do Novo CADSOL, destacando suas vantagens, inclusive quanto ao “status” para acompanhamento da situação do processo de cada empreendimento.

Alguns questionamentos dos empreendimentos como, por exemplo, perda de benefícios e fiscalizações por conta do cadastramento, foram totalmente descartados, uma vez que o Cadastro tem a finalidade de fortalecer a Economia Solidária, tranquilizou o coordenador.

Renascimento simbólico

Maria Santana, coordenadora estadual do Programa Paul Singer, protagonizou um momento especial no Seminário ao compartilhar uma poesia sobre a representação do CADSOL para a Economia Solidária:

“Economia Solidária está presente em todo lugar e se tornou nosso esperançar. Com o CADSOL, muito se tem a progredir.”

E para complementar, a também coordenadora estadual de Goiás, Maria Odília, lembrou que “vivenciamos o renascimento da Economia Solidária no país”. Destacou o novo CADSOL como símbolo desse renascimento e afirmou: “assim como uma certidão demarca o nascimento para a sociedade, o CADSOL é uma das marcas dessa retomada para a Economia Popular e Solidária.”

PLANTÕES PEDAGÓGICOS

AGENTES COMPARTILHAM DÚVIDAS E EXPERIÊNCIAS

O que é um empreendimento?

No CADSOL, todos os trabalhadores têm que fazer o cadastro, ou só a associação ou o empreendimento?

Penso ajudar um coletivo de outro território?

Essas e outras dúvidas conceituais e operacionais, sobre o processo de trabalho, sobre o território ou institucionais foram trazidas por AGEPS durante os Plantões Pedagógicos realizados no primeiro período de imersão nos territórios.

Realizados virtualmente, com opções de horários em dois dias da semana, pela manhã ou à tarde, os Plantões Pedagógicos começaram em setembro de 2025 e se estenderam até o Módulo 2, no final de novembro do mesmo ano. Nestes encontros, integrantes da Equipe Nacional se revezaram registrando e respondendo às perguntas de agentes de todos os cantos.

Os plantões têm como objetivo construir vínculos, tirando dúvidas e orientando as/os agentes sobre sua atuação a partir da própria experiência.

A proposta parte do princípio de colocar a palavra em circulação na sala. Muitas vezes, as dúvidas apresentadas por um/a agente podem ser esclarecidas a partir das experiências práticas e vivências dos próprios colegas.

Os diálogos proporcionados pelos plantões permitiram diminuir as desconfianças iniciais, constatar fragilidades de comunicação e de formação sobre conceitos. Ajudaram, inclusive, a identificar situações de conflito em que havia necessidade de auxílio ou intervenção.

Era natural que, ao entrarem em campo para trabalhar com os potenciais e as demandas da EPS, os/as AGEPS se confrontassem com questões práticas, desde como usar o aplicativo de registro das atividades cotidianas até implementar o instrumento de Pesquisa-Ação.



Ao final deste primeiro período de Plantões Pedagógicos, após a análise das questões trazidas e dos retornos por parte de agentes, é possível afirmar que houve avanços em todos os estados.

Ainda que esse avanço tenha ocorrido de forma particular em cada território, e que tenham sido constatadas dificuldades de



**Atenção,
agentes,
os plantões
pedagógicos
vão começar**

deslocamento, de acesso à Internet e de articulação locais, também foram descritas experiências de superação de desafios, o que serviu de exemplo e estímulo para agentes de diferentes territórios.



“Os plantões têm sido um espaço de rica partilha e troca. São uma ótima oportunidade de a Equipe Nacional estar mais perto dos/as agentes. Foi uma estratégia super assertiva. Gosto de poder colaborar!”

Marcela Vieira – Equipe Nacional

Os Plantões Pedagógicos reforçaram a certeza de que é preciso focar nas singularidades das regiões e de cada pessoa para atingir as metas do Programa, considerando os contextos social, político, econômico e cultural.



“Os plantões são uma estratégia muito acertada, não só porque se tornaram um espaço permanente para agentes tirarem dúvidas sobre os desafios que surgem na imersão territorial e por promoverem uma oportunidade de diálogo direto com a Equipe Nacional, mas principalmente porque se tornaram um lugar de escuta e trocas de experiências entre agentes que atuam em diferentes territórios no Brasil. Isso permite que acabem se ajudando mutuamente à medida em que enfrentam e compartilham desafios semelhantes”.

Flávia Santana – Equipe Nacional

Mediação dos Plantões Pedagógicos:

Flávia Santana, Thais Gawry, Eliane Martins, Denise Eloy, Raquel Alves, Marcela Vieira, Luísa Correa, Terezinha Pimenta, Mariana Pereira, Maria Luísa Alessio, Mariana Fonseca, Carlos Lunna, André Felipe Pereira de Freitas, Anna Carolina Alencar Betine, Danilo Franco Marinho, Cristiane Gonçalves Ribeiro, Cláudio Araujo Nascimento, Pedro Henrique Gomes Jatobá, Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia, Max Richard Coelho Verginio, Carlos Eduardo Lima Bezerra .

QUAL A DIFERENÇA ENTRE ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA?



“Tão importante quanto considerar o número de pessoas envolvidas na atividade de trabalho, bem como suas relações familiares e de vizinhança, é perceber a cultura do trabalho.”
Profa. Lia Tiriba

Dante da dúvida sobre como identificar as características dos Empreendimentos Econômicos Solidários e dos Coletivos de Economia Popular nos territórios, a Equipe Nacional do Programa Paul Singer convidou Lia Tiriba, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que atua na Linha de Pesquisa Trabalho-Educação, e Davidson Magalhães, economista e professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para um seminário temático virtual que se realizou em 22 de setembro de 2025.

Mediado pelas educadoras populares, Eliane Martins e Marcela Vieira, integrantes da Equipe Nacional, o seminário partiu de perguntas geradoras baseadas nas dúvidas trazidas por agentes na primeira imersão territorial.

“Numa conversa de corredor com Paul Singer, uma vez ele me disse: ‘Mas, professora, Economia Solidária é coisa de pobre!’ Juntos, chegamos à conclusão de que no Brasil a Economia Solidária também

é coisa de pobre e vai continuar a ser até que conquiste a hegemonia econômica, política e cultural em nosso país”, disse Lia. Assim, na visão da pesquisadora, o “popular” na Economia Solidária seria entendido como uma opção de classe, uma vez que, para a classe trabalhadora, ao invés de uma cultura empreendedora-capitalista, o desafio está em construir uma cultura do trabalho associado e autogestionário, de maneira que se torne hegemônica em relação à cultura do trabalho-mercadoria.

Em sua exposição, Lia afirmou que concorda com o chileno Luis Razeto, que “além das iniciativas econômicas, cujo objetivo imediato é a geração de renda, as atividades da Economia Popular se verificam nas ações espontâneas entre familiares, amigos e vizinhos, e também nas ações coletivas organizadas no âmbito da comunidade, objetivando a melhoria da qualidade de vida”.

Nessa perspectiva, quais seriam os indicadores para analisar a possibilidade de

que as atividades da “Economia Popular” possam vir a ser consideradas pelos agentes como “Economia Popular Solidária”?

Segundo Lia, Tão importante quanto considerar o número de pessoas envolvidas na atividade de trabalho, bem como suas relações familiares e de vizinhança, é perceber a cultura do trabalho. Seria necessário saber se os trabalhadores e trabalhadoras estabelecem ou não algum tipo de vínculo com os movimentos sociais e outros grupos associativos.

Saber que tipo de relação mantém com a comunidade local e com a sociedade? “Algo que considero fundamental é saber como o Coletivo de Economia Popular se situa no território em relação às desigualdades sociais e às lutas coletivas”, salientou.

Considera que, em última instância, é fundamental perceber como é a cultura do trabalho, nos perguntando sobre as relações de trabalho e de convivência, sobre as práticas, motivações e expectativas políticas, econômicas e culturais dos trabalhadores/as em relação à associatividade.

18

Os três ciclos regressivos e a precarização do trabalho

O professor Magalhães explicou que a maioria dos/as trabalhadores/as no Brasil nunca foi absorvida em relações assalariadas. Uma parte foi subordinada ao capital através da venda da força de trabalho, outra ficou à margem das relações capitalistas de produção. “O trabalho na Economia Popular não é um bico: 51% exercem a mesma atividade por mais de cinco anos e 66% possuem uma jornada superior a 40 horas de trabalho. É tipicamente uma economia de reprodução das condições de vida, de sobrevivência”, afirmou. Portanto, disse Magalhães, uma



Davidson Magalhães, economista e professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

economia pode até ser coletiva e popular, mas não será considerada Economia Solidária se não for fundamentada na superação do capital, nem estiver organicamente voltada para um processo de autogestão, valorização do trabalho, comércio justo, solidariedade e sustentabilidade ambiental.

Segundo o professor, o Brasil passou por três ciclos regressivos.

O primeiro foi quando iniciou a industrialização. “Tivemos um golpe militar que impediu reformas estruturais. Portanto, criamos uma sociedade desigual”, afirmou.

O segundo aconteceu com a chegada do neoliberalismo. “Mesmo com avanços, levou à desindustrialização, ao desmonte da estrutura produtiva nacional e à alienação de parcela significativa do processo produtivo, causando o desmantelamento de setores públicos, o que aumentou a pressão para a precarização do trabalho”, disse Magalhães.

E o terceiro ciclo regressivo ocorreu com o golpe contra a presidente Dilma Rousseff. “Os poucos elementos que tínhamos de um estado de bem-estar social e a precarização de vida empurraram as pessoas para a Economia Popular, também chamada de economia informal”, resumiu.

PLATAFORMA RIOS GARANTE SEGURANÇA DE DADOS E SOBERANIA DIGITAL



Pedro Jatobá

Contratado pela UFRPE, o Instituto Intercidadania (<https://intercidadania.org.br>) em parceria com a Pop Solutions (<https://pop.coop>) customizou a instalação do sistema RIOS para o Programa, incluindo neste ambiente plataformas de pesquisa e análise de dados.

Com 4 Terabytes de capacidade de armazenamento, a Plataforma conta com um servidor de *backup* e outro de redundância do serviço. Ou seja, conta com a duplicação da infraestrutura de servidores, fontes de energia e links de conexão com a rede para reduzir o risco de interrupção do serviço, oferecendo uma estrutura alternativa para balancear a carga de acesso ou um eventual problema no servidor principal.

Além disso, a Plataforma RIOS possibilita a troca de mensagens, calendário de eventos, lista de atividades e a edição

Informação e dados são uma dupla valiosa na sociedade moderna. É por isso que o Programa Paul Singer optou por migrar seu trabalho interno para a Plataforma RIOS, uma solução que integra sistemas para gestão e trabalho cooperativo de código aberto (software livre) através de um acesso unificado.

colaborativa de documentos, num só lugar.

Assim, agrega diferentes programas integrados através de uma conta única de acesso. A grande (e melhor) diferença é que na RIOS os algoritmos (conjuntos de códigos) não estão sob o controle das grandes corporações de tecnologia, as chamadas Big Techs - Apple, Amazon, Meta (empresa que engloba Facebook, Instagram, WhatsApp), Google e Microsoft.

As informações armazenadas pela RIOS são consideradas “soberanas” porque estão protegidas do desvio para uso comercial, e sob a licença da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira.

O principal componente da plataforma RIOS é o software livre *Nextcloud*, que reúne ferramentas para o trabalho coletivo online e permite a integração com os demais componentes do sistema.



GESTÃO TECNOLÓGICA

Essa solução foi desenvolvida inicialmente pela Cooperativa EITA e lançada no 3º Encontro Sul da Rede das Produtoras Culturais Colaborativa em Porto Alegre (RS), em 2017, quando passou a ser oferecida como serviço aos movimentos sociais em parceria com a Cooperativa Cantrust Hosting do Canadá.

Quando se diz que é software livre, significa que o código que compõe a tecnologia está aberto e disponível para instalação em um servidor de qualquer organização ou grupo, que pode acessar, baixar e adaptar a plataforma acessando o seu código fonte, desde que tenha conhecimento de softwares (programação).

“No Programa Paul Singer a gente trabalha com o campo da EPS, em que se pensa a lógica do comércio justo, autogestionável, baseado no conhecimento popular e nas ações coletivas, em processos horizontais para a geração de renda; então, por que não adotar essa mesma prática e ideias no campo da tecnologia?”, observou Pedro Jatobá, que é analista de sistemas e educador popular do Programa.

20

Jatobá, que é também integrante da Rede das Produtoras Culturais Colaborativas, explicou que quando se usa as ferramentas proprietárias, como as soluções da empresa META, não se tem acesso a que informações sensíveis a empresa produz e armazena.

Não se sabe se estes dados são devidamente protegidos, nem se são enviados para fora do país.

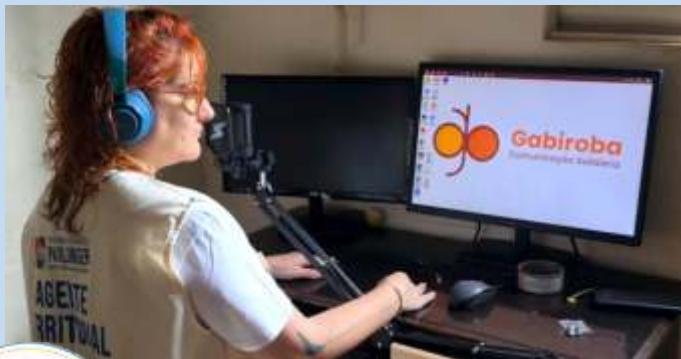
Ressaltou que adotamos essas ferramentas por “comodidade”, porque já vêm nos celulares “espertos” (smartphones) e nos computadores, e acabamos nos submetendo a uma outra forma de colonização e controle.

“Ao optar pela Plataforma RIOS, a Senaes dá exemplo de como se pode otimizar o recurso público garantindo não apenas acesso as ferramentas, mas também a contratação de equipe de suporte e capacitação com um orçamento bem inferior ao cobrado pelas grandes corporações que, através do lobby, firmam contratos com o poder público que somam R\$ 10 bilhões”, informou. “E sem gastar tanta energia como as Big Techs, uma vez que nosso uso computacional não demanda recursos naturais como os datacenters de grande porte”, completou.

Agora, o Programa Paul Singer mostra na prática que isso é possível.



EXERCÍCIO DE EDUCOMUNICAÇÃO DIRETO DOS TERRITÓRIOS



Beatriz Costa Larizzatti, 32 anos, é agente de EPS de Minas Gerais. Natural de São Paulo (SP), fez sua formação em Design com

Habilitação em Comunicação na ESPM em Porto Alegre (RS) e hoje trabalha em São João del Rei (MG). Essa mistura de experiências resultou num sotaque próprio, difícil de identificar a origem, e numa mescla de conhecimentos. Já no solo mineiro, se aproximou do curso de Jornalismo e da Educomunicação, e começou a desenvolver projetos de extensão, junto da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), em ações diretamente nos territórios.

Um desses trabalhos envolve oficinas de audiovisual para que coletivos de EPS possam melhor difundir suas identidades na comercialização dos produtos com autonomia e criatividade.

Como AGEPS, Beatriz, ou Bea, como é conhecida, criou o programa de áudio AGEPS Responde!. Divulgado por meio do WhatsApp, nestes programas curtos, gravados por ela própria, com linguagem acessível, é possível ouvir um resumo do material de base e documentos do Programa Paul Singer.

Por que fazer o AGEPS Responde!?

Para reorganizar os conteúdos oficiais de um jeito mais simples e acessível. Mesmo com as cartilhas disponibilizadas pelo Programa,

O AGEPS Responde! nasceu exatamente desse espaço: entre o que o Programa precisava comunicar e o que a realidade permitia que as pessoas absorvessem. Ele é o ponto de encontro entre acessibilidade (neurodivergência, baixa visão, cansaço, baixa escolaridade), Educomunicação (processo formativo, não só informativo), cotidiano real do território, democratização do Programa, e ainda, disputa de narrativa no WhatsApp.

ficava evidente que as pessoas não estavam lendo. Não por falta de interesse, mas por limitações reais — falta de tempo, cansaço, dificuldade de leitura, excesso de documentos, foco curto no celular, e muitas de nós (eu inclusa) por sermos pessoas com deficiência, neurodivergência, baixa visão, o que torna a leitura densa algo quase impossível no cotidiano de território.

Se a gente não tá lendo, como a base vai ler?

Se a gente continuasse só produzindo texto, a informação ia parar sempre nas mesmas mãos — e a desinformação ia circular mais rápido que qualquer documento. Foi aí que percebi que precisávamos ocupar o WhatsApp, que é onde as conversas acontecem, onde surgem as dúvidas e onde nascem as *Fake News* (*notícias falsas, desinformação*). Mas não adiantava jogar nas redes um vídeo ou um PDF, porque isso tudo pesa, gasta dados, não abre em celular antigo, exige atenção visual e leitura.

Então, qual foi o formato escolhido?

São áudios curtos, simples, de até quatro minutos, ou seja, do tamanho máximo que as pessoas conseguem manter foco no celular hoje. Achei que era o único formato capaz de realmente chegar ao cotidiano, de acompanhar a vida, entrar na rotina de quem tá fazendo almoço, cuidando de criança, ou indo pro trabalho.

MASCOTE BATIZADA!

Nossa mascote agora tem nome! Nasceu como pergunta geradora, sendo idealizada e seus primeiros traços esboçados, a lápis, pela educadora popular, Clárinha Glock, integrante da Equipe Nacional do Programa Paul Singer, e integrante da Frente de Educomunicação.

Depois, o desenho foi sendo aperfeiçoado até o resultado final por Dora Bragança Castagnino, designer do Programa.

Do papel para a tela, da tela para o tecido, a mascote foi personificada em uma boneca, pela artesã gaúcha, Sonia Maria Rodrigues, que trabalha no Brique da Redenção, em Porto Alegre (RS). Agora é a queridinha em nossas atividades.

A mascote traz na sua existência toda a conceituação freiriana de incentivar o aprendizado, simbolizando a pergunta geradora, a interrogação que nos move a aprender cada vez mais.

22

Símbolo do Programa Paul Singer, só faltava mesmo um nome. E a escolha contou com mais uma colaboração, revelando como o trabalho coletivo vai se traduzindo em resultados, com as diversas contribuições. Flávia Santana, da Frente de Gestão, que já coordenou a Comunicação do Programa, fez a sugestão. “A mascote poderia se chamar Solidária”. O nome agradou imediatamente a todos/as. Mas, foi dado um passo à frente.

A Economia Solidária é majoritariamente um campo feminino. Produção, consumo,



comercialização são conduzidos por “Marias”. Então, veio a sugestão da junção dos nomes **Maria + Solidária** e o apelido carinhoso de **Marisol**.

Essa história terá, em breve, novos capítulos. Marisol trará novidades! Já podemos até dar “spoiler”.

Uma agente de Economia Solidária entrará nesse roteiro e vai protagonizar um novo momento da mascote. Aguardem!



A Mascote nos territórios

Veja a opinião de quem já colocou a Marisol no seu território!

“Criar a animação no território com a mascote do Programa Paul Singer foi uma experiência muito especial para mim. Enquanto trabalhava no vídeo, senti que a mascote não era apenas uma

personagem, mas uma forma de dar vida e voz ao que o Programa representa: cuidado, presença e compromisso com as pessoas nos territórios.

Ver a mascote se mover, expressar e acompanhar a narrativa me fez perceber o quanto ela pode aproximar o Programa das comunidades, tornando a comunicação mais afetiva, acolhedora e humana. A animação reforça esse vínculo, criando uma conexão direta com quem está na ponta e ajudando a tornar o Programa mais próximo, mais vivo e mais presente no dia a dia das pessoas.

23



Karoline Rodrigues Campello, estudante de jornalismo, Serviço Social e Pedagogia, é agente Territorial de Economia Popular e Solidária do Território Fronteira (RS). Também é coordenadora Estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

CICLO VIVO DA AUTOGESTÃO

No fazer que é coletivo e inteiro,
Bate o pulso do tempo verdadeiro:
Planejar com os pés no chão,
Traçar caminhos com intenção.
Coordenar é pôr arte em ação,
Guiar sem impor direção.
É ouvir, motivar, inspirar,
É fazer o grupo caminhar.
E quando o ciclo enfim se encerra,
A avaliação é o que se aferra:
Eficiência, eficácia, clareza,
Três faróis na mesma certeza.
Mas nada disso vive isolado,
Sem o diálogo bem cultivado.
É na escuta que se constrói
A força que a autogestão constrói.
Reuniões, encontros, assembleias,
São sementes lançadas em ideias.
Ali se planta o direito à fala,
À crítica, à proposta que embala.
Autogestão é mais que um modelo,
É cultura que rompe o novelo.
É o fim do “cada um por si”,
É o “todos por nós” que nasce ali.
E mesmo com tropeços e dor,
Seguimos com coragem e amor.
Cada função, um gesto de cuidado,
cada agente um elo firmado.

24



Darlene Moraes, coordenadora estadual do Programa Paul Singer em Roraima, é educadora popular, mulher negra, mãe solo, LGBTQIAPN+ e camponesa, com 35 anos e atuação consolidada em seu estado. Mestra em Educação e licenciada em Educação do Campo, atua há mais de dez anos com juventudes periféricas, migrantes, povos indígenas e comunidades campesinas. Sua trajetória integra educação popular, gestão de projetos e compromisso com práticas inclusivas.



Atividades Territoriais no Rio de Janeiro

ÁLBUM DO PROGRAMA



ÁLBUM DO PROGRAMA



CONFIRA O SIGNIFICADO DE CADA SIGLA UTILIZADA NESTA REVISTA

AGEPS - Agentes Territoriais de Economia Popular e Solidária

AgPopSUS - Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde

CADSOL - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CEP - Coletivos de Economia Popular (Colep ou Coletivos EP)

Ecosol - Economia Solidária EES - Empreendimentos de Economia Solidária

EPS - Economia Popular e Solidária

Fundacentro - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

Senaes - Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária SST - Saúde e Segurança no Trabalho



 PROGRAMA DE FORMAÇÃO
PAUL SINGER
AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA